

Conselho de Segurança: Conflito Israel-Palestina

Simulação das Nações Unidas 2020



Índice

1. Introdução	3
2. Início do conflito	3
3. Conflitos entre as duas partes	3
4. Processo de paz	4
5. E se esse processo de paz falhar?	5
6. A Cisjordânia	6
7. Como é que os dois governos abordam o conflito?	6
8. Conclusão	7

1. Introdução

O conflito entre Israel e Palestina é um dos confrontos mais duradouros e mais controversos do mundo. É um conflito entre dois movimentos de autodeterminação - o projeto sionista judeu e o projeto nacionalista palestino - que reivindicam o mesmo território.

Israel é o único estado judeu do mundo, localizado a leste do Mar Mediterrâneo. Os palestinos, a população árabe que vem da terra que Israel agora controla, referem-se ao território como Palestina e querem estabelecer um estado com esse nome em toda ou parte da mesma terra. O conflito israelense-palestino é sobre quem fica com qual terra e de que forma ela é controlada.

2. Início do conflito

O conflito israelense-palestiniano remonta ao final do século XIX, principalmente como um conflito por território. Palestina era um nome comum usado até 1948 para descrever a região geográfica entre o Mar Mediterrâneo e o Rio Jordão. Ao longo da sua história, os impérios assírios, babilônico, romano, bizantino e otomano controlaram a Palestina em momentos distintos.

Após a Primeira Guerra Mundial, a Palestina foi administrada pelo Reino Unido sob um mandato recebido em 1922 da Liga das Nações. A história moderna da Palestina começa com o término do Mandato Britânico, a Partição da Palestina e a criação de Israel, e o conflito israelense-palestino que se seguiu.

Em 1947, a Organização das Nações Unidas (ONU) propôs um Plano de Partição para a Palestina intitulado “Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas 181 (II) Futuro Governo da Palestina”. A resolução notou o término planejado da Grã-Bretanha para o Mandato Britânico e recomendou a divisão da Palestina em dois estados, um judeu e um árabe, com a área de Jerusalém-Belém protegida e administrada pelas Nações Unidas.

A resolução incluiu uma descrição altamente detalhada dos limites recomendados para cada estado proposto. A resolução também continha planos para uma união econômica entre os estados propostos e para a proteção dos direitos religiosos e das minorias.

3. Conflitos entre as duas partes

A liderança judaica aceitou o Plano de Partição, mas os líderes árabes o rejeitaram. A Liga Árabe ameaçou tomar medidas militares para evitar a divisão da Palestina e para garantir os direitos nacionais da população árabe palestina. Um dia antes de expirar o Mandato Britânico, Israel declarou sua independência dentro das fronteiras do Estado Judeu estabelecidas no Plano de Partição. Os países árabes declararam guerra ao recém-formado Estado de Israel, iniciando a Guerra Árabe-Israelense de 1948.

Depois da guerra, que os palestinos chamam de Catástrofe, os Acordos de Armistício de 1949 estabeleceram as linhas de separação entre os combatentes: Israel controlava algumas áreas designadas para o estado árabe sob o Plano de Partição, a Transjordânia controlava a Cisjordânia e Jerusalém Oriental, e o Egito dominava a Faixa de Gaza.

Em 1967, 18 anos mais tarde, travou-se a Guerra dos Seis Dias entre 5 e 10 de junho, com Israel emergindo vitorioso e efetivamente tomando o controle da Faixa de Gaza e da Península do Sinai do Egito, da Cisjordânia e de Jerusalém Oriental da Jordânia e das Colinas de Golã da Síria. O Conselho de Segurança da ONU adotou a Resolução 242, a fórmula de “terra pela paz”, que exigia a retirada israelense “dos territórios ocupados” em 1967 e “o término de todas as reivindicações ou estados de beligerância”. A Resolução 242 reconheceu o direito de “todos os estados na área de viver em paz dentro de limites seguros e reconhecidos, livres de ameaças ou atos de força”.

As condições na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, incluindo Jerusalém, após mais de 20 anos de ocupação militar, repressão e confisco de terras, contribuíram para um levante palestino chamado “intifada” em dezembro de 1987. Entre 1987 e 1993, mais de 1.000 palestinos foram mortos e milhares feridos, detidos, presos em Israel ou deportados dos territórios palestinos.

Ainda e após a interrupção das negociações de paz em 2013, o Fatah - o partido governante da Autoridade Palestina - formou um governo de unidade com a sua facção rival, o Hamas, em 2014.

4. Processo de Paz

Às vezes chamado de “Oslo” após os acordos de Oslo de 1993 que o deram início, o processo de paz é um esforço contínuo mediado pelos americanos para intermediar um tratado de paz entre israelenses e palestinos. O objetivo é um “acordo de status final”, que estabeleceria um estado palestino em Gaza e na Cisjordânia em troca da concordância dos palestinos em encerrar permanentemente os ataques a alvos israelenses - uma fórmula frequentemente chamada de “terra pela paz”.

Muitas pessoas acreditaram que o processo de paz terminaria em janeiro de 2001. O líder palestino Yasser Arafat acabara de rejeitar a oferta de paz do seu homólogo israelense Ehud Barak (há uma grande discordância quanto ao que essa oferta implica). Além disso, as negociações renovadas não geraram um acordo, e o agravamento da violência durante a segunda violência da intifada fez com que outra rodada de negociações parecesse impossível.

Apesar do fracasso de 2001, a estrutura geral de “terra pela paz” de Oslo continua a ser a abordagem americana e internacional dominante para resolver o conflito. O governo Bush impulsionou sua própria atualização sobre Oslo, o chamado mapa do caminho, e o governo Obama fez do processo de paz uma prioridade significativa da política externa.

O governo Trump não abandonou formalmente essa fórmula, mas ainda não tomou nenhuma ação significativa para promovê-la.

Qualquer iniciativa de paz bem-sucedida seria necessária para resolver as quatro questões fundamentais que têm atormentado o processo de paz: As questões fronteiriças de West Bank; os refugiados palestinos e a distribuição ou possível repartição de Jerusalém. Até agora houve pouco sucesso e existem três obstáculos principais para qualquer acordo.

Primeiro, Israel continua a expandir os assentamentos na Cisjordânia, que os palestinos veem como uma campanha de fato para apagar o Estado palestino de uma vez. Em segundo lugar, os palestinos permanecem politicamente divididos entre o Fatah e o Hamas e, portanto, não podem negociar em conjunto. E mesmo que funcionasse, Israel ainda não mostrou nenhuma indicação de que negociaria com um governo que inclui o Hamas.

Em terceiro e último lugar, não está realmente claro como iniciar as negociações. O atual governo de direita israelense é cético em relação às concessões aos palestinos. Os palestinos, tendo essencialmente decidido que Israel não leva a sério a paz, lançaram uma campanha pela criação de um Estado em instituições internacionais com o objetivo de pressionar Israel a entrar na paz.

5. E se esse processo de paz falhar?

Se o processo de paz falhar, Israel, a Cisjordânia e, potencialmente, até Gaza podem se tornar um único estado de fato, pois não está claro como os estados israelenses e palestinos separados poderiam ser estabelecidos sem algum tipo de acordo legal para mantê-los distintos. Isso significa uma de duas coisas: ou Israel deixa de existir como um estado judeu ou os palestinos se tornam cidadãos permanentes de segunda classe em um Israel que inclui a Cisjordânia e potencialmente até mesmo Gaza.

Os árabes acabarão superando o número de judeus em Israel-Palestina, se é que já não o fazem. Para Israel, que se considera judeu e democrático, isso representa uma crise existencial. Se os árabes superam os judeus e têm permissão para votar, é o fim de um estado judeu. Mas se os árabes superam os judeus e não têm permissão para votar, então Israel não é mais uma democracia.

Essa é a força da analogia da África do Sul que muitos comentaristas usaram: um estado judeu que reprime uma maioria árabe se sentiria terrivelmente como uma forma de apartheid. A comparação é particularmente preocupante para os israelenses, que estão preocupados em serem boicotados e sancionados na esfera internacional da mesma forma que o regime racial da África do Sul era antes de sua queda.

Os conservadores israelenses costumam contestar esses dados demográficos. Eles argumentam que os palestinos exageram seus números por razões políticas e que a

população israelense tende a crescer mais rápido do que os especialistas pensam. No entanto, a visão predominante é que o problema demográfico de Israel é real, e Israel enfrenta uma escolha entre três resultados: uma solução de dois estados, um estado não democrático governado por uma minoria judaica ou o fim de um estado judeu.

6. A Cisjordânia

A Cisjordânia é um território a leste de Israel. É o lar de quase três milhões de palestinos e seria o coração de qualquer estado palestino. Israel assumiu o controle em 1967 e permitiu que colonos judeus se mudassem, mas os palestinos (e a maior parte da comunidade internacional) consideram que ocupou ilegalmente terras palestinas.

Em 1967, Israel travou uma guerra com o Egito, a Síria e a Jordânia. Israel deu o primeiro tiro, mas afirma que se estava a preparar para um ataque egípcio iminente; os árabes discordaram, colocando Israel como um agressor. Em seis dias, Israel derrotou as potências árabes, tomando assim a Cisjordânia e Jerusalém Oriental da Jordânia.

Israel controla a Cisjordânia desde a Guerra dos Seis Dias (como é chamada). Para muitos judeus, esta é uma notícia maravilhosa em teoria: a Cisjordânia era o coração do antigo estado judeu. É o lar de muitos locais sagrados judaicos, como a Caverna dos Patriarcas em Hebron, onde anteriormente se isolavam. Na prática, o controlo israelense sobre a Cisjordânia significa a administração militar de um território cheio de palestinos que não estão exatamente empolgados em viver sob a autoridade israelense.

A fronteira entre Israel e a Cisjordânia provavelmente teria que mudar em qualquer acordo de paz. Existem cerca de 500.000 colonos judeus vivendo na Cisjordânia, muitos dos quais vivem perto da fronteira com Israel propriamente dita. Em um acordo de dois estados, alguns desses colonos teriam que deixar a Cisjordânia, enquanto alguns assentamentos de fronteira se tornaram terras israelenses. Em troca, Israel entregaria parte de seu território à Palestina. Isso seria denominado de "troca de terras". Nenhum conjunto de líderes israelenses e palestinos concordou sobre exatamente onde traçar a fronteira.

7. Como é que os dois governos abordam o conflito?

O presidente palestino Mahmoud Abbas não confia no governo israelense, que atualmente é liderado por uma coligação de direita. A expansão dos assentamentos é um dos principais motivos; a construção de assentamentos atingiu um pico de sete anos sob a liderança do primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu. Abbas vê a rápida expansão durante o tempo de Netanyahu no cargo como uma forte evidência de que Israel está à tentar tornar-se num Estado palestino impossível. Enquanto Netanyahu congelou a expansão dos assentamentos em todos os lugares, exceto Jerusalém, por 10 meses, começando em novembro de 2009, os palestinos queriam um congelamento total e, portanto, só se sentaram para conversar no nono mês (as negociações não chegaram a qualquer tipo de acordo).

Netanyahu tem criticado a solução de dois estados para o conflito por décadas e, embora tenha expressado apoio a uma agora, em teoria, muitos acreditam que seu compromisso não é genuíno. Ele é o primeiro líder do Likud, o principal partido de direita de Israel, a endossar uma solução de dois Estados enquanto estava no poder, o que fez sob forte pressão americana em 2009.

Mas, durante a campanha durante a eleição israelense de 2015, que seu partido ganhou de forma bastante retumbante, Netanyahu anunciou que não haveria nenhum Estado palestino sob sua supervisão. É uma afirmação que ele tentou rejeitar, mas que é consistente com sua crença de longa data de que não se pode confiar nos palestinos como vizinhos pacíficos.

Israel tem motivos reais para ser cético em relação ao lado palestino. Um dos principais é a divisão Hamas-Fatah. Desde que o Hamas assumiu o controle de Gaza, Israel teme que qualquer acordo de paz com a Autoridade Palestina não fique em Gaza, onde não tem controle real. Isso é especialmente preocupante para a liderança israelense, dado o compromisso público do Hamas com a destruição de Israel. Além disso, não está claro se Abbas poderia vender aos palestinos as concessões que ele inevitavelmente precisaria fazer para fazer um acordo com Israel.

O ceticismo básico dos dois lados quanto à disposição e capacidade um do outro para fazer a paz é a razão fundamental pela qual o impulso pela paz liderado pelo Secretário de Estado dos EUA John Kerry fracassou em abril de 2014. Desde então, os palestinos se voltaram para uma campanha de pressão destinada a isolar Israel internacionalmente e pressionar a liderança israelense para fazer a paz, o que teve pouco sucesso.

8. Conclusão

A recente movimentação de Israel para anexar partes da Cisjordânia ao seu território gerou imensa comoção internacional. Esse acontecimento reacende novamente a importância do debate e de um posicionamento por parte da comunidade internacional, e faz com que a discussão sobre o Conflito Israel-Palestina no Conselho de Segurança das Nações Unidas seja mais do que nunca essencial.

Um possível acordo não parece estar tão próximo, o que simboliza mais conflitos, mais mortes, destruição e maior abertura a um caminho para crimes sobre os direitos humanos dos cidadãos de ambas as partes. Para tal, é crucial que os delegados trabalhem juntos para encontrar a melhor solução para a situação, sempre lembrando que, enquanto não se chegar a um acordo, são as vidas dos civis que estão em risco.